

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE OS EMPRÉSTIMOS NO CARAJÁ

SOME CONSIDERATIONS ABOUT LOANS IN KARAJÁ

Nunes Xavier da Silva ¹
Francisco Edvigis Albuquerque ²

Resumo: Numa situação de contato linguístico, há vários fenômenos que alcançam os sistemas linguísticos das comunidades de fala envolvidas no contato. Tendo em vista essa situação, um dos nossos objetivos é demonstrar como os falantes da língua minorizada Iny, falada pelos Karajá de Aruanã (GO), lidam com empréstimos provenientes da Língua Portuguesa – hegemônica –, do Tupi-Guarani e de outras línguas indígenas. Partindo dos estudos de Haugen (1950) sobre empréstimos linguísticos, pretendemos analisar como esse processo ocorreu com os Karajá, classificando-os, quando possível, nas categorias loanword, loanblend e loanshifts. Em relação aos empréstimos vindos do Tupi-Guarani e de outras línguas indígenas, mostraremos suas origens e algumas particularidades. A metodologia empregada para a geração e análise dos dados parte da pesquisa bibliográfica e pesquisa de campo, estudo de caso e etnografia. Sabemos que as políticas públicas e linguísticas afetam diretamente o léxico de uma língua, pois língua é poder de dominação, a língua portuguesa prevalece em Aruanã como primeira língua em Buridina, esta terra está no centro da cidade, em Budburè a língua Iny é primeira língua, esta terra indígena é recente, e grande maioria dos indígenas que ali residem vieram da Ilha do Bananal, lá os Karajá só falam em Iny.

Palavras-chave: Língua Portuguesa. Língua Iny. Empréstimos Linguísticos.

Abstract: In a situation of linguistic contact, there are several phenomena that reach the linguistic systems of the speech communities involved in the contact. In view of this situation, one of our objectives is to demonstrate how speakers of the minority language Iny, spoken by the Karajá of Aruanã (GO), deal with borrowings from the Portuguese – hegemonic –, Tupi-Guarani and other indigenous languages. Based on studies by Haugen (1950) on linguistic borrowings, we intend to analyze how this process occurred with the Karajá, classifying them, whenever possible, into the loanword, loanblend and loanshifts categories. Regarding borrowings from Tupi-Guarani and other indigenous languages, we will show their origins and some particularities. The methodology used for the generation and analysis of data is based on bibliographic research and field research, case study and ethnography. We know that public and linguistic politics directly affect the lexicon of a language, because language is the power of domination, the Portuguese language prevails in Aruanã as the first language in Buridina, this land is in the center of the city, in Budburè the Iny language is the first language, this indigenous land is recent, and most of the indigenous people who live there came from Bananal Island, where the Karajá only speak in Iny.

Keywords: Portuguese Language. Iny Language. Language Loans.

-
- ¹ Professor da Secretaria Estadual de Educação de Goiás (Seduc). Doutorando em Ensino de Língua e Literatura na Universidade Federal do Tocantins (UFT), Campus Araguaína. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9773724703032848>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7308-7798>. E-mail: nunessofia@hotmail.com
 - ² Professor Associado Nível I da Universidade Federal do Tocantins (UFT), Câmpus de Araguaína-TO. Doutor em Letras pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3112349741157945>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0004-1887>. E-mail: fedvigis@uft.edu.br

Introdução

A língua Karajá pertence à família Jê do Tronco Macro-Jê (RODRIGUES, p. 48, 1986) e é falada por duas mil pessoas da etnia distribuídas nos estados do Tocantins, Goiás, Mato Grosso e Pará (PIMENTEL DA SILVA 2004, p. 121). Do ponto de vista tipológico, é uma língua basicamente polissintética e sua ordem frasal é SOV (sujeito–objeto–verbo) (BORGES, 1997, p. 134). Vale ressaltar que cada terra indígena possui uma particularidade sociolinguística, e neste trabalho o foco é na Terra Indígena Karajá de Aruanã-GO. Pode-se também classificar seu povo do ponto de vista sociolinguístico como bilíngue, já que a maioria de seus membros domina e usa a língua nativa e a Língua Portuguesa (BRAGGIO, 1992).

Os Karajá vivem em Aruanã desde a sua fundação e sofrem influência direta da Língua Portuguesa desde o início do contato com o homem branco. Tudo foi feito de forma a impor a Língua Portuguesa para explorá-los ainda mais, sempre sobrepondo suas ideias e costumes aos dos verdadeiros donos das terras. Neste trabalho mostraremos alguns empréstimos da Língua Portuguesa, do Tupi-Guarani e de outras línguas indígenas ao Iny, a língua Karajá. Iniciaremos com uma breve discussão sobre léxico.

Léxico

O léxico é a parte mais sensível de uma língua, por meio do qual percebemos várias transformações que ocorrem num sistema linguístico. Pode ser definido com base em diferentes abordagens teóricas (CUMPRI, 2012, p. 42).

O léxico de uma língua pode ser considerado o conjunto de vocábulos de que ela dispõe, um sistema aberto, dotado de um número indefinido de componentes, ao contrário dos sistemas gramaticais, que são grupos fechados (MATTOSO CÂMARA, 1991 *apud* BORGES, 1998). Conforme esclarece Carvalho (1989), por ser a menos sistemática das estruturas linguísticas, o léxico depende da realidade exterior, não linguística. Segundo o autor, sua ampliação pode se dar através de dois processos: a) criação de novos itens lexicais a partir de elementos da própria língua; b) adoção e adaptação de itens lexicais de outras línguas, ou seja, os empréstimos.

O léxico não é somente um apanhado de palavras, é mais amplo, pois está contido na língua e na cultura de um povo. O significado de uma palavra vai além de um simples verbete no dicionário, ele transmite o pensar, o ver e o sentir de uma dada comunidade linguística.

Essa definição alarga o horizonte a respeito da compreensão do léxico, pois mostra sua constante transformação, seja de sentido ou de escrita, com o passar do tempo. Com essa mudança, vem todo o contexto histórico situacional de um povo, um grupo, uma comunidade linguística. É o patrimônio vocabular de uma comunidade, é o rico acervo intangível de um povo.

Há vários estudiosos que ressaltam a indissociabilidade entre o léxico e a gramática, como Cumpri (2012, p. 41), que afirma: “a significação linguística só se dá graças a uma força motriz que é a articulação entre léxico e gramática”. A esse respeito, Santos (2009) afirma que a língua possui uma lexicogramática, um *continuum* entre os dois sistemas, esclarecendo que alguns itens lexicais passam por um processo de gramaticalização e alguns itens gramaticais passam por um processo de lexicalização. Essa associabilidade faz com que léxico e gramática formem esse *continuum*, um amparando o outro.

O contato linguístico

De acordo com Santos (2009, p. 14), o contato linguístico é o meio pelo qual a língua se torna mais propensa a acolher mudanças e estar em constante transformação. Essa transformação pode ocorrer na fonologia, morfologia, léxico e sintaxe. As línguas que sofrem mudanças interagem com uma língua de maior prestígio, que interfere de forma direta na construção do léxico.

O processo de contato linguístico é feito tanto no eixo diacrônico quanto no eixo sincrônico. Saussure explica:

De duas línguas coexistentes num mesmo período, uma pode evoluir muito e outra, quase nada; neste último caso, o estudo será necessariamente sincrônico, no outro diacrônico – esta diacronia estuda não mais as relações entre os termos coexistentes de um estado de língua, mas entre termos sucessivos que se substituem uns aos outros no tempo (SAUSSURE, 2012, p. 146).

O cruzamento dos eixos sincrônico e diacrônico seria a pancronia; no caso em estudo, ocorre o bilinguismo Karajá a partir do cruzamento da Língua Iny com a Língua Portuguesa.

O contato dos Karajá com os não indígenas foi muito marcante, e com a herança de uma política indigenista integracionista, houve a incorporação de novas palavras ao seu vocabulário, processo denominado de empréstimo, marcante em qualquer língua. Segundo Pimentel da Silva (2004, p. 126), “a perda de língua caminha sempre do bilinguismo ativo para o bilinguismo passivo/receptivo e, finalmente, para o monolinguismo na língua dominante”.

Nesses termos, perguntamos: De qual tipo de imposição se trata? Quais contatos foram estabelecidos? Em que contextos sociais a língua fonte foi imposta à língua receptora? Será que os empréstimos foram conduzidos “naturalmente” com o passar do tempo? Esses questionamentos direcionam o olhar para as transformações lexicais que uma língua sofre no decorrer da história. Portanto, quanto maior o prestígio de uma língua, maior será sua influência no contato linguístico.

Reportamo-nos à época da colonização do Brasil pelos portugueses, período em que os indígenas sofreram bruscamente a imposição da Língua Portuguesa, política de imposição de uma língua que persiste até os dias atuais. De acordo com Calvet (2007, p. 69), há duas formas de gerir as políticas linguísticas: a) *in vitro* – a imposição de uma língua a partir ou não de um planejamento linguístico feito pelos gestores da língua; b) *in vivo* – o modo como as pessoas resolvem os problemas de comunicação com que se defrontam cotidianamente, sem nenhuma imposição dos gestores da língua.

Karajá de Aruanã: dois territórios, duas realidades voltadas para a educação escolar bilíngue

Em Aruanã há dois territórios indígenas: o de Buridina, no centro da cidade, e o de Budburê, situado fora do âmbito urbano, no fim do bairro Nova Aruanã (Taboca). Neste último residem cerca de 15 famílias, muitas vindas da Ilha do Bananal, Mato Grosso, cujas terras foram adquiridas recentemente – a primeira casa foi construída em 2002, uma conquista do povo Iny e reivindicação antiga.

Pensar numa educação bilíngue para o povo Karajá é de suma importância, pois a convivência com os não indígenas em Aruanã exige dele conhecimento da Língua Portuguesa. O professor indígena Ijararu Gedeon Karajá nos disse que aprender o Português é uma das formas de se proteger. Afirmou também que, por morarem ao lado da cidade, necessitam saber o Português para ir aos mercados reivindicar seus direitos, porém esse aprendizado da segunda língua não pode ferir o aprendizado da original, a Língua Iny.

Bloomfield (1979) define bilinguismo como “o controle de duas línguas de maneira semelhante à do nativo”. Essa ideia é muito reducionista, pois não vislumbra milhões de pessoas que fazem uso regular de mais de uma língua pelo mundo e que não têm um grau de competência igual ao do nativo. Grosjean (1995, p. 5) traz outra concepção: sugere que o estudo do bilinguismo seja feito do ponto de vista dos modos de fala que o bilíngue apresenta.

Assim, o bilíngue pode ser considerado segundo um *continuum* situacional, no qual ele alterna seus vários modos de fala. Em um ponto extremo deste *continuum* está o modo monolíngue e no outro, o modo bilíngue de fala. No modo monolíngue, o bilíngue usa apenas uma de suas línguas, enquanto, no modo

bílingue, ele poderá usar duas línguas em graus diversos de alternância (GROSJEAN, 1995, p. 5).

Partindo dessa premissa, a concepção de Grosjean se confirma na realidade do povo Iny de Aruanã, que usa com facilidade as duas línguas dentro e fora de seu ambiente, sempre de acordo com a necessidade, sendo percebível esse *continuum* situacional. Grosjean (1982) sugere que o comportamento linguístico do falante de L2 seja examinado segundo um *continuum* situacional, em cujos extremos se encontram o modo monolíngue e o modo bílingue. Entre esses extremos estão os modos intermediários nos quais o falante combina as línguas ou empresta itens de uma língua para outra.

Com o Projeto Maurehi, desde 1995 os Karajá de Buridina vêm aprendendo o Iny na escola que fica dentro da aldeia. Trata-se de uma medida adotada para revitalizar a língua materna na aldeia Buridina, que sofre mais a interferência da Língua Portuguesa por estar incrustada no centro da cidade. Pimentel da Silva (2004, p. 127) afirma que os dois lados do bilinguismo devem fazer parte das ações pedagógicas da escola Karajá. Só assim os jovens formarão uma consciência crítica dessa realidade e, com certeza, tomarão medidas para evitar a morte de sua língua materna.

Segundo Silva (2017), o Projeto Maurehi traz uma política linguística de intervenção, significando um trabalho conjunto com as comunidades linguísticas que conformam o país. É possível atuar no sentido de que as línguas dessas comunidades linguísticas estejam aqui no futuro. O processo de intervenção é chamado também de “planificação linguística”, isto é, a efetivação de políticas linguísticas.

No Projeto Maurehi há vários objetivos específicos para a Língua Iny: a) revitalizar a língua e a cultura Karajá na aldeia de Buridina; b) promover o estudo da língua e da cultura Karajá pelos jovens e adultos; c) promover atividades de uso da língua dentro e fora da escola; d) documentar e analisar a língua; e) produzir material escrito para uso didático e para a documentação da língua e da cultura Karajá; f) promover atividades culturais e artísticas originárias para as crianças e adultos adquirirem a língua Karajá e conhecimentos especializados.

Observa-se que o léxico da Língua Iny está em constante estudo pelos alunos e comunidade, pois há um propósito para a sua revitalização, impedindo que seja extinta. É um projeto constituído de várias ações, todas voltadas para a sustentabilidade social e linguística da comunidade.

O ensino de Língua Iny promovido pelo Projeto Maurehi funciona na escola da aldeia Buridina, pois, em razão de divergência entre os caciques, os 24 alunos de Budburè não a frequentam. Eles estudam numa escola municipal que não conta com aulas em Iny, a grade curricular não contempla o povo Karajá. Observa-se que os alunos das redes municipais e estaduais, com exceção da Escola Estadual Indígena Maurehi, não são assistidos por uma política linguística de valorização de sua língua.

A Terra Indígena Budburè fica numa área extensa à margem da cidade. Numa visita com o propósito de entender como vivem esses indígenas, fizemos uma pequena entrevista com um Karajá dessa localidade, Valdecí (Kohãloe), que nos disse ter sido o primeiro a se instalar ali, em 5 de outubro de 2002, vindo da Ilha do Bananal com a esposa da etnia Javaé. Em sua avaliação, os Karajá estão perdendo muito de sua cultura. Ao perguntar-lhe se essa perda tem alguma relação com a língua de seu povo, ele respondeu: “nós não temos a cultura que tinha, mas por não ter a cultura, devemos manter a língua”. Esclareceu que normalmente ali todos só falam Iny; o Português só é utilizado quando solicitado. Perguntei também se as crianças estão aprendendo a Língua Iny. Ele disse: “todos falam nossa língua, e só fazemos correções com o uso da língua para menino e menina quando eles começam a entender a diferença”.

Na Terra Indígena Buridina, constata-se que a manutenção do bilinguismo acontece a partir de uma diferente perspectiva. Esse processo é feito com o auxílio da escola, pois os alunos recebem uma educação formal que agrega a Língua Iny ao seu currículo escolar. Isso não significa que seus pais não falem com eles em Iny, mas o processo educacional auxilia bastante a aquisição da língua.

Os alunos da Terra Indígena Budburè não têm professor de Iny, são alfabetizados em Língua Portuguesa, que é sua segunda língua, e o apoio de um professor de língua não existe para esses alunos. Enfim, o seu processo de ensino e aprendizagem acontece apenas no ambiente doméstico, no convívio do dia a dia com seus pais e demais indígenas.

O bilinguismo na sociedade Karajá apresenta, como já vimos, os dois lados de uma mesma moeda: de um, o enriquecimento da cultura e da língua desse povo, que se dá pela criação de novos valores e conceitos; do outro, o deslocamento sociolinguístico e cultural, que se dá pela invasão impositiva da cultura dominante (PIMENTEL DA SILVA, 2004, p. 127).

Os empréstimos no Karajá

Os empréstimos existem em inúmeras línguas no mundo como transferência de traços de um sistema linguístico para outro. Mesquita comenta a definição de empréstimo de Grosjean:

O uso de uma palavra de outra língua, que é adaptada à língua base. O autor aponta como fator predominante para a adoção de empréstimos a inexistência de itens lexicais, em determinada língua, para a expressão de novos conceitos, objetos e lugares em função da necessidade de ampliação vocabular, dadas as novas experiências socioculturais e a necessidade de comunicação decorrente delas (GROSJEAN, 1982 *apud* MESQUITA, 2009, p. 43-44).

Mesquita (2009, p. 47), ao tratar da renovação lexical e empréstimo linguístico na Língua Karajá (Macro-Jê), observa que “a dinâmica do enriquecimento do léxico depende de um controle de como poderão os recortes novos se integrar ao sistema Karajá”. Em seguida, traz uma afirmação de Santos (2000), que evidencia tudo isso:

Na língua karajá, o neologismo por empréstimo constitui uma adoção. Acionados pela criatividade, os falantes utilizam fatores linguísticos e não-linguísticos (idade, proficiência na segunda língua etc) para o estabelecimento do correspondente linguístico na língua, sobretudo através do mecanismo da adaptação fonológica do novo recorte à língua karajá (SANTOS, 2000, p. 23 *apud* MESQUITA, 2009, p. 47).

Os empréstimos no Karajá aconteceram como resultado do contato entre indígenas, e entre estes e os não indígenas. Com o contato linguístico, a Língua Portuguesa e outras línguas indígenas foram sendo incorporadas em algumas palavras da Língua Iny. Houve também a urgência de adquirir palavras que não faziam parte de sua língua, que foram incorporadas, surgindo daí novas palavras com grande ligação com a língua fonte.

Santos (2009, p. 17), em seu artigo “Léxico da Língua Wapichana: um olhar sobre os empréstimos da Língua Portuguesa”, menciona a classificação feita por Haugen (1950), com categorias que usaremos neste artigo:

- *loanword* – inclui todos os tipos de empréstimos, diretos ou quase diretos;
- *loanblend* – a palavra importada sofre um processo de adaptação parcial, que inclui os chamados híbridos;¹
- *loanshifts* – ocorre a adaptação completa da palavra.

¹ O material usado para extrair os dados não contém esse empréstimo no Karajá. Em breve, faremos novas pesquisas para tentar encontrá-los.

Análise dos empréstimos

Neste artigo, a análise da língua Karajá se apoia nos conceitos de língua fonte (Língua Portuguesa) e língua receptora (Língua Iny), com base nos estudos de Weinreich (1974).

Ao analisar o léxico do Karajá, percebe-se uma quantidade expressiva de palavras da Língua Portuguesa, itens que não faziam parte da cultura, como observa Pimentel da Silva (2007, p. 43): “lápiz – *lapi*; cachaça – *axaxa*; refrigerante – *refri*; boné – *buné*; diadema – *ijadema*”.

Na Língua Iny existem várias particularidades, como o fato de a fala feminina ser diferente da masculina. Essas distinções são principalmente fonêmicas. Quando há empréstimos do Português, as distinções são quase sempre mantidas (BORGES, 1998, p. 141). Observe-se o quadro a seguir:

Quadro 1. Fala Iny masculina e feminina – sistema fonológico.

Português	Fala feminina	Fala masculina
(1) /ku'eɫu/ = coelho	/kueu/	/ueu/
(2) /ka'valu/ = cavalo	/kawaru/	/awaru/
(3) /kõ'prar/ = comprar	/kõbra/	/obra/
(4) /preɣu/ = prego	/brɛku/	/brɛu/
(5) /do'mĩɣu/ = domingo	/nobiku/	/nobiu/

Fonte: SILVA (2020).

Confrontando os sistemas fonológicos do português e do Karajá, constata-se que ambos possuem a oclusiva velar surda, ou seja, /k/. Porém, no que tange a sua homorgânica sonora /g/, verifica-se sua ausência nesta língua indígena, em que a única oclusiva velar é surda, ou seja, /k/. Dessa maneira, nos itens lexicais emprestados do português, a consoante /k/ realiza-se muitas vezes no Karajá exclusivamente na fala feminina, sendo omitida na masculina, como provam exemplos (1), (2) e (3). Em contrapartida, a oclusiva velar sonora /g/ torna-se surda nas formas femininas do Karajá, desaparecendo nas masculinas correspondentes. É o que ocorre em (4) e (5) (BORGES, 1998, p. 142).

Portanto, os exemplos de (1) a (5) mostrados no Quadro 1 caracterizam o que Grosjean (1982 *apud* MESQUITA, 2009) e Romaine (1995 *apud* BORGES, 1998) chamam de *loanwords*, ou seja, itens lexicais emprestados de uma língua e fonologicamente adaptados àquela que os incorporou.

De acordo com Borges (1998), em todas as línguas existem os empréstimos de conteúdos semânticos, com uma combinação de dois ou mais itens lexicais de uma mesma língua para expressar a ideia contida num único item lexical de outra língua. Conforme Carvalho (1989, p. 50), os empréstimos semânticos são apenas de significado, com o emprego de palavras já existentes na língua, mas utilizadas com uma nova acepção isolada. Ainda segundo a autora, a união de duas palavras referindo-se a um outro conceito passa a ser encarada como um termo novo. A palavra composta representa uma ideia única e autônoma, diferente das ideias reveladas pelos termos que a compõem. O Karajá apresenta empréstimos de conteúdo semântico do Português, conforme mostra Borges (1998).

Quadro 2. Empréstimo de conteúdo semântico.

Português	Fala feminina	Fala masculina
(6) mangueira	/m̩əka - kɔ/	/m̩əə - ɔ/
(7) melão	/ɖɔkɛra-ni/	ɖɔɛra-ni
(8) berrante	/broreni-kɔ-adʒurɔna/	broreni-ɔ-adʒurɔna/

Fonte: SILVA (2020).

Borges ressalta que esse tipo de empréstimo é chamado por Romaine de *loanshift*, que pressupõe o reordenamento de itens lexicais na língua receptora de acordo com o modelo de outra língua, ou seja, ocorre uma “substituição morfológica um a um” (*one-to-one morphemic substitution*, no original), criando um novo significado (ROMAINE, 1995 *apud* BORGES, 1998, p. 143). Segundo a autora, as comunidades preferem esse tipo de adaptação, porque resguarda a fonologia, a morfologia e a sintaxe da língua em cujo sistema o item lexical está sendo inserido. Esses empréstimos recebem ainda os nomes de “criação”, *loan translation* e “calque”. Conforme os exemplos do Quadro 2, é possível dizer que os Karajá fizeram uma nova análise dos itens lexicais mangueira, melão e berrante, do Português, substituindo-os por itens lexicais de sua língua materna, de modo a obter um significado equivalente.

Pimentel da Silva (2004, p. 125) mostra como a influência da língua fonte está se sobrepondo à língua receptora no decorrer do tempo. Vejamos o quadro a seguir:

Quadro 3. Empréstimos novos e antigos.

Palavras novas	Palavras antigas	Tradução
Kopu	Bedekò	Copo
Bunè	Kojidese	Boné
Heloxi	Dekòrutè	Relógio
Kola	Lòkysana	Cola
Ókulu	Rue	Óculos
Hopa	Jiky	Roupa
Avião	Biuheòty	Avião

Fonte: SILVA (2020).

Santos (2000 *apud* MESQUITA, 2009, p. 47) argumenta que “durante o processo de transmissão de uma dada informação há, em maior ou menor grau, uma modificação na visão de mundo desses interlocutores”. Com relação ao estudo dos Karajá, a autora acrescenta que, “embora isso permita uma movimentação nas estruturas lexicais internas do grupo proporcionada pelo caráter intersubjetivo dos falantes, provoca necessariamente uma ruptura na cosmovisão karajá”. No mesmo sentido, Langacker (1977, p. 188) afirma que “os caminhos do empréstimo lexical refletem até certo ponto os caminhos da influência cultural”, ou seja, quanto maior for a influência de uma cultura sobre outra, maior será a quantidade de empréstimos adotados pela receptora.

Em conversa com o professor Ijararu Gedeon Karajá e o cacique da Terra Indígena Budborè, Jasson Tohobari, eles alertaram que os empréstimos estão prejudicando sua língua, pois os mais jovens incorporam novas palavras da Língua Portuguesa por não saberem as de sua própria língua. O professor afirmou que a escola busca resgatá-las, pois só assim serão revitalizadas e usadas no contexto do dia a dia. O cacique, por sua vez, disse-nos que a situação sociolinguística de cada uma das 14 aldeias do povo Karajá é completamente diferente uma da outra, e essa diferença impede a confecção de um dicionário Iny. A razão é que palavras que são incorporadas pela língua receptora de uma região não fazem parte do vocabulário de outra região, ou até mesmo palavras Iny, com escrita e pronúncia diferente. Ele cita como exemplo a palavra mandioca: *hiry* nas aldeias Buridina e Budburè, e *iry* na Ilha do Bananal, escrita e pronunciada de forma diferente.

Como já afirmamos, o Projeto Maurehi está fazendo uma política linguística que vislumbra

o aprendizado da língua materna pelos indígenas que estão frequentando a escola, mas não falam Iny, o que pode contribuir para que o povo Karajá de Aruanã se apodere de sua língua materna.

Empréstimos do Tupi-Guarani no Karajá

Alguns empréstimos do Tupi-Guarani no Karajá são de itens que não faziam parte de sua cultura e só foram incorporados em razão do contato com o homem branco, como “enxada”, “arma de fogo” e “sal”. De acordo com Ribeiro (2001), a origem Tupi-Guarani desses termos é facilmente comprovada pela comparação com o Vocabulário da Língua Geral Brasileira, publicado por Martius em 1867. Ribeiro afirma que tais empréstimos são totalmente adaptados às características prosódicas (acento fixo na última sílaba) e fonológicas do Karajá.

A seguir, nos Quadros 4, 5 e 6, quando necessário, estão marcadas, na coluna da Língua Karajá, as falas masculinas com “fm” e as femininas com “ff”.

Quadro 4. Diferentes empréstimos entre línguas indígenas.

Karajá	Língua Geral	Tapirapé
burure [bru'ɾe] [buru'ɾe]	pororé	x'ɣpororé = enxada)
bəkawa [məka'wa] fm bəawa	macába	Makāwā = arma de fogo
dʒikira [dʒiki'ra] fm dʒira	jukýra	xokýrā = sal
kəbədə [kəmə'da] fm ədədə	comandá	komanā = feijão

Fonte: SILVA (2020).

Segundo Ribeiro (2001), dificilmente os empréstimos que existem no Tapirapé foram adquiridos da antiga língua Tapirapé ou de outros povos indígenas. É mais provável terem sido absorvidos diretamente dos brancos ou mamelucos falantes de uma das línguas gerais muito usadas no Brasil: a Língua Geral Paulista, do sul, e a Língua Geral Amazônica, o Nheengatú, do norte.

Como sabemos, os primeiros brancos a fazerem contato com os Karajá foram os bandeirantes de São Paulo, falantes da Língua Geral Paulista, por isso é possível que esta língua tenha sido a fonte de empréstimos para o Karajá. Por outro lado, não podemos negar que outros empréstimos foram adquiridos da Língua Geral Amazônica. De fato, segundo Ribeiro (2001, p. 81), as primeiras incursões do colonizador em território Karajá se deram a partir de duas frentes principais: os bandeirantes paulistas, ao sul, e os padres jesuítas da província do Pará, ao norte. O autor afirma ainda que é provável que alguns empréstimos da Língua Portuguesa tenham ingressado no léxico Karajá por meio de outra língua indígena, provavelmente a mesma Língua Geral.

Quadro 5. Empréstimos no Karajá vindos de outra língua indígena.

Karajá	Língua Geral	Tapirapé
kawarú [kawa'ru], fm awaru	cabarû	kawaró = cavalo
bābera [mabe'ra]	papéra	'ɣwyrāpé = papel

Fonte: SILVA (2020).

Ribeiro (2001) explica que tal hipótese é claramente inferida pelas características fonológicas dessas palavras. Em *kawarú* existe uma aproximante bilabial /w/, correspondendo a uma fricativa labiodental /v/ no original Português. Tal correspondência seria, porém, um caso excepcional se tal empréstimo tivesse sido transferido diretamente do Português para o Karajá. Em geral, em empréstimos do Português as consoantes labiodental /f/ e /v/ são substituídas pela oclusiva bilabial sonora /b/, como em *kadĩbedi* [kanibe'di] (canivete), *kabe* (café), *bəsəka* (fósforo). Em Karajá não existe a oclusiva bilabial surda, que também é substituída por /b/ em empréstimos, como *bədi* (pote). Além disso, /b/ é sempre nasalizado antes de /a/ no léxico nativo do Karajá, o que explica a ocorrência do alofone /m/ no começo da palavra [mabe'ra].

Por outro lado, alguns empréstimos do Karajá podem ter vindo da língua dos Tapirapé, povo

que vive próximo das aldeias Karajá do Norte, na região do Rio Tapirapé (Mato Grosso). A esse respeito, de acordo com Ribeiro (2001), trazemos os exemplos do quadro seguinte.

Quadro 6. Empréstimos vindos do Tapirapé.

Karajá	Tapirapé
kɔbədāwira [kɔmənawi'ra] fm ɔbədāwira	komanã'ywyrá = feijão andu
adōdā [anõ'na] fm aōdā	anonã = abacaxi

Fonte: SILVA (2020).

Ribeiro (2001) aponta outro provável empréstimo: *tʃakohi* (fm *tʃaohi*), termo que designa um dos espíritos mascarados dos rituais Karajá, chamados genericamente de *idʒaɔɔ*, (aruanã). A respeito dos Tapirapé, Baldus (1970) menciona uma dança de máscaras chamada de *chankuí*, representando o pássaro jacu, que parece ser comum também aos índios Tupi-Guarani do Xingu. Em Karajá, a máscara *tʃakori* representaria o peixe pacu, o boto e o filhote. Contudo, tais diferenças são claras no significado atribuído às máscaras pelos Karajá e pelos povos de língua Tupi-Guarani, o termo é claramente um empréstimo Tupi-Guarani e Tapirapé ao Karajá. Ribeiro afirma que as características fonológicas da palavra *tʃakori* [tʃ] em Karajá ocorrem apenas com contiguidade às vogais [+altas, +ATR] /i/, /i/ e /u/, como em *itʃədə* (louco) e *tʃuu* (sol). A constatação de que a palavra *tʃakohi* é de fato um empréstimo explica uma aparente exceção às regras fonotáticas da língua; por outro lado, fornece um raro exemplo de transferência cultural dos Tapirapé para os Karajá.

Outro empréstimo vindo do Tapirapé para o Karajá, conforme Ribeiro (2001), é *hārara* (arara azul). Filhotes de arara, de acordo com Baldus, constituíram um dos principais artigos de permuta entre os Karajá e os Tapirapé.

Aliás, este comércio pelo qual esta tribo tupi recebeu ferramentas em troca de araras amansadas, urucu, redes, tembetás de quartzo e outros produtos de sua indústria, era naturalmente de importância decisiva para a aquisição do sustento, principalmente pelo papel que as ferramentas desempenham na lavoura (BALDUS, 1970, p. 184).

Outras fontes

Para Ribeiro (2001), além do Tapirapé e das Línguas Gerais, é bem provável que outros empréstimos tenham vindo de outras línguas Tupi-Guarani para a Língua Karajá. O autor exemplifica com a palavra *hākuri* (cutia), fm *hāuri*: caso seja empréstimo, ele deixa claro que sua origem certamente não é Tapirapé. Nesta língua, segundo Baldus, *ankuchí* apresenta uma africada alveopalatal na última sílaba, portanto o mais provável é que na língua de origem tivesse uma consoante alveolar nessa posição. Baldus afirma ainda ser menos provável que tal palavra tenha vindo de uma das línguas gerais, pois cutias não estariam entre os itens adquiridos pelos Karajá no contato com brancos e mestiços.

Outra palavra Karajá que provavelmente é de origem Tupi-Guarani, conforme Ribeiro (2001), é *karalahu* [krala'hu], que em Karajá designa Kayapó. Outros cognatos desse nome aparecem também em Apinajé em relatos históricos sobre antigos habitantes do Centro-Oeste. É possível que esse etnônimo também seja de origem Tupi-Guarani, tendo, porém, ingressado em Karajá através de uma língua não Tupi-Guarani, talvez o próprio Apinajé. De acordo com Baldus (1970), os Tapirapé referem-se aos Kayapó como Kananchachó, um composto envolvendo a raiz kananchá, de denominação Tapirapé para os Karajá, e um sufixo aumentativo karã'ã'o. É possível inferir que todas essas semelhanças fonológicas entre as denominações para os Kayapó, em Tapirapé, Karajá e Apinajé, tenham a mesma origem.

Portanto, os empréstimos aqui mencionados constituem interessantes evidências linguísticas

a respeito dos contatos históricos entre os Karajá e os povos falantes do Tupi-Guarani no passado. Como já vimos, nos territórios em que viviam e ainda vivem os Karajá, à beira do rio Araguaia, área de grande acesso, transitaram os bandeirantes e diversos outros povos indígenas ao longo da história.

Considerações Finais

Ver a transformação do léxico numa língua no decorrer dos tempos mostra a fragilidade existente no contato linguístico – neste caso, a influência da Língua Portuguesa (fonte) sobre a Língua Iny (receptora) –, demonstrando a vulnerabilidade de uma língua de menos prestígio numa sociedade que se diz monolíngue. No território Karajá de Aruanã, a Língua Portuguesa está em quase todos os ambientes das aldeias, à exceção dos espaços especializados (rituais de festas e canções, por exemplo), em que a Língua Iny prevalece, mesmo com toda a imposição extralinguística vivenciada pela comunidade. Como já mencionamos, a única política linguística de revitalização da língua original no contexto Karajá é o Projeto Maurehi, que vem buscando formas de agregar valores que há muito tempo foram deixados de lado. Convém ressaltar que o projeto não cuida apenas do aprendizado da Língua Iny, mas engloba mais resgates, como o do artesanato, da dança, do grafismo e outros.

Referências

BALDUS, H. **Tapirapé: tribo Tupi no Brasil Central**. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1970. (Série Brasileira v. 17).

BIDERMAN, M.T.C. **Conceito linguístico de palavra**. Revista Palavra - PUC/RJ, Rio de Janeiro, n. 5, p. 81-97, 1999.

BLOOMFIELD, L. **Language**. New York: Holt, Rinehart & Winston, 1979.

BORGES, M.V. **As falas feminina e masculina no Karajá**. Dissertação (Mestrado em Linguística) - Universidade Federal de Goiás (UFG), Goiânia, 1997.

BORGES, M.V. **O empréstimo como mecanismo de ampliação lexical**. Revista do Museu Antropológico - UFG. Goiânia, v. 2, n. 1, p. 135-150, 1998.

_____. **O fenômeno da diferenciação entre as falas feminina e masculina em línguas indígenas**. Revista do Museu Antropológico - UFG. Goiânia, v. 3/4, n. 1, p. 75-104, 1999/2000.

BRAGGIO, S.L.B. **Situação sociolinguística dos povos indígenas do estado de Goiás e Tocantins**. Revista do Museu Antropológico - UFG. Goiânia, v. 1, n. 1, p. 1-62, 1992.

CALVET, L.-J. **As políticas linguísticas**. São Paulo: Parábola, 2007.

CARVALHO, N.M. **Empréstimos linguísticos**. São Paulo: Ática, 1989. (Série Princípios).

CUMPRI, M.L. **Algumas reflexões sobre léxico e gramática**. Entrepalavras. Fortaleza, ano 2, v. 2, n. 1, p. 41-50, jan./jul. 2012.

GROSJEAN, F. **Life with two languages: an introduction to bilingualism**. Cambridge, Mass: Harvard University Press, 1982.

GROSJEAN, F. **A psycholinguistic approach to code-switching: the recognition of guest's words by bilinguals**. In: MILROY, L.; MUYSKEN, P. (ed.). One speaker, two languages: cross-disciplinary perspectives on code-switching. Cambridge/UK: Cambridge University Press, 1995. p. 259-275.

HAUGEN, E. **The analysis of linguistic borrowing**. *Language - LSA*, v. 26, n. 2, p. 210-231, apr./jun. 1950. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/410058>. Acesso em: 25 ago. 2020.

KARASCH, M. **Catequese e cativoiro: política indigenista em Goiás, 1780-1889**. In: CUNHA, M.C. (org.). *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

LANGACKER, R.W. **A linguagem e sua estrutura: alguns conceitos linguísticos fundamentais**. Petrópolis/RJ: Vozes, 1977.

MESQUITA, R. **Empréstimos linguísticos do português em Xerente Akwé**. 2009. 144 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) - Faculdade de Letras, Universidade Federal de Goiás (UFG), Goiânia, 2009.

PAULA, L.G. **"Fala direito, Karajá!"**. *Revista do Museu Antropológico - UFG*. Goiânia, v. 3/4, n. 1, p. 53-63, 1999/2000.

PIMENTEL DA SILVA, M.S. **Fenômeno do bilinguismo na sociedade Karajá e no processo escolar**. *Liames - Líng. Indíg. Am.*, Campinas/SP, v. 4, n. 1, p. 121-128, 2004.

PIMENTEL DA SILVA, M.S. (org.). **Iny rybè bèdèèryna**. Goiânia: Ed. UCG, 2007.

RIBEIRO, E.R. **Empréstimos Tupi-Guarani em Karajá**. *Revista do Museu Antropológico - UFG*. Goiânia, v. 5/6, n. 1, p. 75-100, 2001.

RODRIGUES, A.D. **Línguas brasileiras: para o conhecimento das línguas indígenas**. São Paulo: Loyola, 1986.

SANTOS, A.S. **Léxico da Língua Wapichana: um olhar sobre os empréstimos da Língua Portuguesa**. *Revista Prolíngua*. João Pessoa, v. 2, n. 1, p. 13-23, jan./jun. 2009.

SAUSSURE, F. **Curso de linguística geral**. 28 ed. São Paulo: Cultrix, 2012.

SILVA, N.X. **Políticas linguísticas e planejamento educacional em Aruanã-GO**. 2017. 101 f. Dissertação (Mestrado em Letras e Linguística) - Universidade Federal de Goiás (UFG), Goiânia, 2017.

WEINREICH, U. **Languages in contact: findings and problems**. The Hague: Mouton, 1974.

Recebido em 02 de setembro de 2020.

Aceito em 12 de janeiro de 2022.